

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DESAFIOS PARA A QUALIDADE

RIBEIRÃO PRETO/SP Maio/2016

Alessandro Marco Rosini - Faculdades Flamingo - alessandro.rossini@yahoo.com

Márcia Aparecida de Figueiredo - Consultor EAD - marciaead@gmail.com

Rita Borges de Magalhaes Amaral - Faculdades São José e FGV-Online - ritaborges.amaral@uol.com.br

Tipo: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (IC)

Natureza: PLANEJAMENTO DE PESQUISA

Categoria: ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS

Setor Educacional: EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESUMO

Discutir a qualidade no segmento da educação é sempre muito gratificante aos olhos de qualquer pesquisador. Dessa forma, este estudo pretende realizar um discurso e uma proposta teórico-prática a respeito da qualidade da educação a distância – EAD no cenário brasileiro, por base em modelos de experiência e por avaliação do estado da arte a respeito do tema. Como metodologia, optou-se por abordar o modelo do grounded theory, tendo como contribuição do estudo caminhos que levem uma EAD de maior qualidade.

Palavras-chave: EAD; QUALIDADE. ENSINO SUPERIOR; DIRETRIZES

1- INTRODUÇÃO

Segundo MEC/CNE/CES (2016), alterações importantes se efetuam nas políticas para a Educação Superior no Brasil, sobretudo após a aprovação da Constituição Federal (CF) de 1988 e, especialmente, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Tais dispositivos ratificam a educação como direito e, na LDB, temos explícito das bases para a Educação Superior e, no seu destaque, da EaD. É importante ressaltar que, nesse período, a Educação Superior é marcada por processos de diferenciação e de diversificação institucional.

Na década de 90, inicia-se o processo de expansão da Educação Superior e da modalidade EaD, de forma institucionalizada. Santos (2002) afirma que:

“A primeira experiência de curso nesse nível e modalidade, no Brasil, foi o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) que data de 1995. Os primeiros cursos autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), no entanto, foram os das universidades federais do Pará (Matemática, bacharelado e licenciatura plena) e do Ceará (Biologia, Física, Matemática e Química, licenciatura plena), em março de 1999. Os demais cursos foram autorizados nos anos de 2000, 2001 e 2002”.

O processo expansionista da EaD no Brasil se intensificou, segundo Dourado e Santos (2012, p.163), a partir de 2000, resultado de articulações,

“[...] tanto por parte do Governo quanto de grupos no interior das universidades, para que se implantasse a educação a distância no país. Essas articulações se traduzem na criação das condições para instituição da EaD por meio de um marco regulatório, da criação de um grupo para pensar a modalidade, da celebração de protocolos de cooperação, além de consórcios universitários^[1] para a sua oferta”.

Na década de 2000, uma comissão de especialistas oriundos das universidades públicas escreveu coletivamente o primeiro texto dos Referenciais de Qualidade^[2] (2003, revisto em 2007).

Atualmente, quando pensamos em qualidade na educação e principalmente nos modelos pedagógicos na educação mediada pelas novas tecnologias, temos a discussão sobre a inovação como objeto privilegiado nos posicionamentos teóricos e nas estratégias desenvolvidas pelas perspectivas da tecnologia educacional.

Segundo dados do Censo 2014, o Gráfico abaixo ilustra, no período de 2003 a 2014, os cursos superiores ofertados a **distância tiveram um aumento de 2.588,5%** e os cursos presenciais tiveram no mesmo período apenas um aumento de 66,9%.

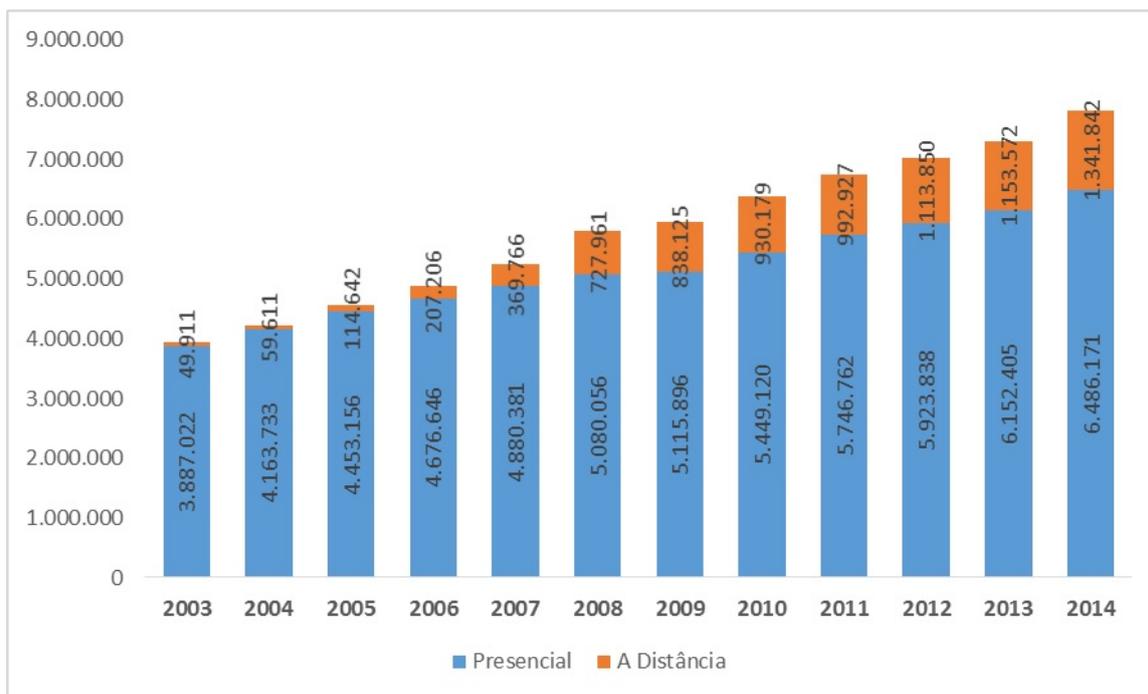


Gráfico 1: Evolução do Número de Matrículas em Cursos de Graduação, segundo a Modalidade de Ensino – Brasil – 2003-2014

Segundo dados do Censo 2014, o crescimento da Educação a Distância, nesses últimos anos, foi imenso. Podemos perceber o aumento da quantidade de alunos, bem como os resultados têm sido muito favoráveis não só em relação ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, mas também quanto à empregabilidade, de acordo com a Tabela 1 e a Tabela 2. Dessa maneira, urge a necessidade de qualidade que esses cursos promovem, onde há milhares de alunos envolvidos. Há, no Brasil, hoje, diversas instituições e entidades que oferecem esses cursos nos mais variados modelos e metodologias de estudo.

Tabela 1 - Número de Funções Docentes em Exercício na Educação Superior por Grau de Formação – Brasil – 2013-2014

Ano	Funções Docentes em Exercício					
	Total	Grau de Formação				
		Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
2013	367.282	16	9.005	91.240	145.831	121.190
2014	383.386	11	7.964	90.384	150.533	134.113

Fonte:

http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_educacao_superior_2014.zip

Tabela 2 - Número de Atuação Docente em Exercício na Educação Superior por modalidade presencial e a distância – Brasil – 2013-2014

Atuação do Docente	2013		2014	
	f	%	f	%
Ensino em curso a distância	11559	3,1%	13083	3,4%
Pós-Stricto sensu EAD	1474	0,4%	375	0,1%
Pós-Stricto Sensu Presencial	43231	11,8%	47206	12,3%

Fonte:

http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_educacao_superior_2014.zip

http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_educacao_superior_2013.zip

O Censo 2014 apresenta 7.828.013 Matrículas em Cursos de Graduação: 82,9% estavam em cursos presenciais e 17,1% em cursos a distância.

Já o número de ingressantes, no ano de 2014 em comparação com 2013, de acordo com os cursos superiores ofertados a distância, cresceu 41,2% e os presenciais apenas 7,0% (MEC/INEP, 2014).

Em contrapartida, as matrículas em cursos superiores aumentaram 98,8% no período de 2003 até 2014.

Esses números demonstram a importância que os cursos na modalidade a distância têm para o nosso país hoje em dia.

Os Gráficos 2 e 3 apresentam o Número de Matrículas de Graduação Presencial e a Distância, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2014. O Gráfico 2, apresenta os cursos de graduação presencial, em 2014, 47% na Região Sudeste, na graduação a distância, 37,9%. Houve um aumento na Graduação a Distância nas Regiões Norte (11,8%), Nordeste (20,0%), Centro- -Oeste (10,4%) e Sul (19,9%).

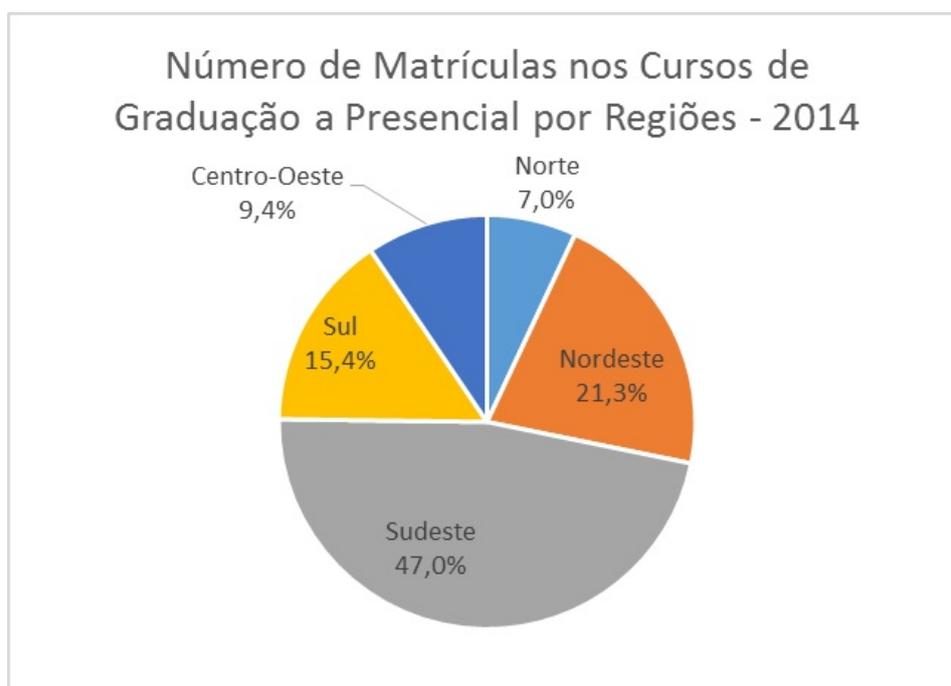


Gráfico 2 - Número de Matrículas de Graduação Presencial, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2014.

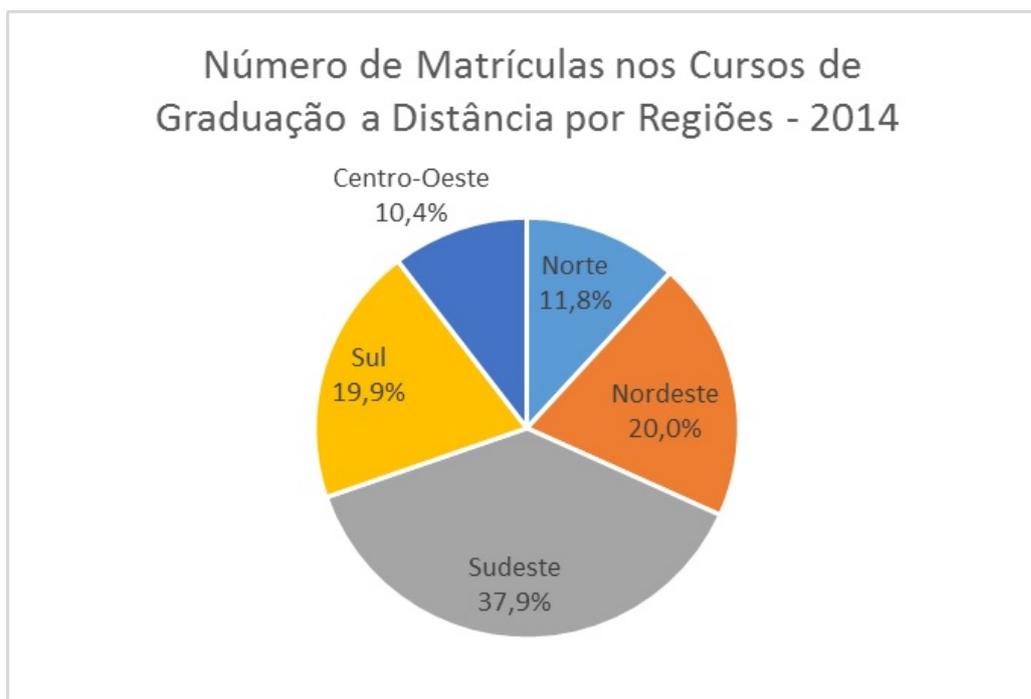


Gráfico 3 - Número de Matrículas de Graduação a Distância, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2014.

É preciso focar no aprendizado do aluno. Se isso acontecer de forma adequada, esse é o grande objetivo e ideal de qualquer instituição de ensino e órgão regulador. E para que isso aconteça, as instituições precisam ter bons professores, tutores, equipes técnico-administrativas de apoio e instalações que sejam compatíveis com as necessidades desse aprendizado. Independentemente das novas Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância recém-aprovadas pelo MEC, é necessário que os agentes envolvidos com a Educação a Distância promovam caminhos e diretrizes que de aumento da qualidade dos cursos ofertados pelas instituições de ensino. O papel do MEC, nesse caso, deveria ser o de agilizar os processos de avaliação existentes em sua base de dados e de nortear essas Instituições por meio de diretrizes. É preciso ainda que o MEC não utilize a força da máquina governamental como um agente apenas burocrático, mas, sim, que contribua positivamente para as instituições tanto naquelas Instituições que já atuam no EAD como aquelas que queiram se utilizar de mais essa forma de ensino a seus alunos.

2- SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a distância contribui para a inovação na educação superior por incorporar o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) a diversos processos de ensino e de gestão e também é entendida como a aplicação de um conjunto de métodos, técnicas e recursos, postos à disposição de alunos para que, em regime de autoaprendizagem, possam adquirir conhecimentos ou qualificações de diferentes

níveis, desde que seja provida a metodologias e estratégias didáticas associadas a uma determinada aprendizagem.

Para que um bom modelo de gestão da qualidade na modalidade de ensino a distância, faz-se importante, antes de tudo, partir-se do princípio básico dos elementos estratégicos, bem como ter um objetivo e missão clara de o que essa Instituição de ensino se pressupõe a realizar na prestação de seus préstimos e serviços educacionais para com a sociedade local, regional e até mesmo global.

Um sistema de gestão de qualidade em EaD é um conjunto de atividades coordenadas, empregadas para administrar e controlar um programa de EaD em uma Instituição de ensino ou universidade corporativa, com bases políticas e diretrizes estabelecidas para o alcance dos objetivos determinados no planejamento estratégico. A implantação de um sistema de gestão da qualidade em EaD deve ser uma decisão estratégica das instituições que pretendem oferecer esse tipo de modalidade de ensino.

Em sistemas de EaD, é exigida uma gestão eficiente para que os resultados educacionais sejam plenamente alcançados. Considerando que as etapas como a definição dos objetivos educacionais, as competências a ser atingidas, o desenho pedagógico do programa, os sistemas de apoio à aprendizagem, as mídias a serem utilizadas, o sistema de avaliação, os procedimentos acadêmicos e o sistema de funcionamento como um todo, sendo todo um arcabouço fundamental na definição e no estabelecimento de estratégias para que se possa assegurar um sistema efetivamente funcionando conforme o projeto instituído (CASTRO, AMARAL, 2006).

Nos programas de EaD e com foco na garantia de um sistema de qualidade, é imprescindível uma gestão dos processos e estes devem seguir algumas etapas, como identificar os processos macro e os processos principais, determinar as sequências e interações entre as diversas etapas, descrevê-los, definir critérios e métodos de operação e controle, estabelecer os recursos necessários, assegurar o monitoramento, a mediação e a análise para que se implemente ações no atingimento de resultados de melhoria contínua.

A qualidade da EaD precisa estar pautada em ações sólidas e empíricas. A EaD nos remete a uma discussão profunda a respeito do cenário de ensino e aprendizagem.

Um ponto que merece ser considerado importante, nos dias atuais, quando a tecnologia se faz presente é que a mesma oferece maior flexibilidade de prover educação que permita que mais pessoas possam se utilizar dela. Esse sucesso depende da qualidade do apoio ao aluno, e essa flexibilidade falha quando a mesma não é fornecida. (IYOSHI e KUMAR, 2014)

Para Kenski em Mill e Pimentel (2013), é necessário que haja uma preocupação não apenas com o acompanhamento dos alunos, mas, sim, com todo o processo educacional desencadeado – e esse deve resultar de forma positiva. Para que haja a tão necessária qualidade para os autores, é necessário que haja integração entre os objetivos, conteúdos, atividades, tecnologias e pessoas envolvidas no processo educativo, onde esse cidadão esteja incluído em diferentes culturas educacionais.

As Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância, homologado em dezembro de 2015 pelo Conselho Nacional de Educação, faz menção às relações humanas como espaço e discussão,

onde se tenha qualidade nessas relações. e ainda que haja condições reais de infraestrutura, laboratórios adequados para as ofertas dos cursos, pessoal de apoio qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis com as necessidades dos alunos. (MEC/CNE/CES, 2016).

Para Palmisano, Rosini & outros (2016), os polos e as parcerias necessitam acontecer de forma efetiva e satisfatória, onde as avaliações dos mesmos devem ser feitas quando ocorrem as necessidades e não quando a IES for reconhecida.

Para os autores, o governo e os seus órgãos ligados necessitam investir em tecnologias de infraestrutura a fim de que essa malha de apoio tecnológico facilite o acesso à educação pelas pessoas mais necessitadas.

É por meio de uma boa qualidade da educação que a EaD pode contribuir com a nova política nacional de ensino no país, pois a EaD permite um acesso maior do número de pessoas à educação.

As Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância trata sobre a melhoria da qualidade de ensino, dessa maneira está sendo de importante necessidade não só para as políticas públicas no país, mas também para o desenvolvimento social e também econômico das pessoas. Está contido ainda no novo marco regulatório da EaD a menção de que o artigo 80 da LDB ratifica que a EaD deve considerar as mesmas bases legais, avaliação, supervisão e regulação dessa modalidade educativa, ressaltando dessa maneira a importância da instância do MEC nesse processo, como órgão avaliativo.

Segundo o MEC/CNE/CES (2016), não se constitui de uma metodologia, mas, sim, em uma modalidade educativa que necessita ser organizada por meio do tripé: metodologia, gestão e a própria avaliação, devendo haver de forma integrada e inclusiva considerar como política, o PDI da Instituição, as diretrizes curriculares nacionais e o próprio projeto de curso em questão:

A modalidade EaD, em consonância com a legislação vigente, deve ser institucionalizada, e prevista no PDI/PPI e nos PPCs, tanto para os atos de entrada (autorização, credenciamento) quanto para reconhecimento de curso e para os atos de permanência (recredenciamento e renovação de reconhecimento de curso) da IES. Desta forma, as avaliações externa e interna, ou seja, a avaliação institucional ? bem como as atividades da Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição de ensino superior ? devem guardar coerência e explícita comunicação entre o planejado e o realizado em seus processos e instrumentos avaliativos. Tais processos devem ser realizados com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (gestores, docentes, tutores, estudantes, corpo técnico-administrativo, representantes da comunidade externa), cumprindo o proposto no PDI e nos PPCs, de sorte que se mantenha a coerência com os indicadores de avaliação dos instrumentos avaliativos. (MEC/CNE/CES, 2016).

LIMA (2014:109/110) descortina esse processo ao afirmar que:

“Com relação à avaliação, regulação e supervisão dos cursos superiores a distância (como no presencial), temos uma organização que, baseada no Decreto nº 5.773/2006, no Decreto nº 6. 303/2007 e na Portaria nº 40/2007,

republicada em 2010, prevê que por meio do e-MEC, a IES dá entrada nos pedidos de credenciamento (ou reconhecimentos) e de autorização (reconhecimento e renovação) de cursos. O MEC então analisa e emite despacho satisfatório ou parcialmente satisfatório da Secretaria, a IES paga a taxa, o Inep realiza a avaliação *in loco* da instituição e dos polos e emite relatório, que serve de base para o parecer do Conselho Nacional de Educação. Paralelamente, há os ciclos avaliativos operacionalizados pelo Inep, orientados por indicadores de qualidade (expressos em cinco níveis, conforme Portaria nº 40/2007), que são calculados e geram resultados com base no índice geral de cursos (IGC), no conceito preliminar de curso (CPC) e no Enade (Portaria nº 12, de 27 de março de 2013). Os resultados do CPC e IGC subsidiam processos de avaliação *in loco*, considerando para os cálculos apenas os dados dos alunos concluintes. Para essa avaliação são utilizados instrumentos aos quais recorreremos em alguns momentos para análise”.

Acredita-se ainda que o próprio processo de autoavaliação pelas instituições deveria dar pistas e corroborar com o processo de melhoria do processo evolutivo da qualidade não só da EaD certamente, mas da própria Educação como um todo, não fosse a falta de seriedade de algumas Instituições de ensino.

3- METODOLOGIA DE ESTUDO

Como característica do estudo, a metodologia utilizada neste artigo foi a de optarmos pela realização de uma análise exploratória, de natureza qualitativa. Realizou-se ainda uma análise do tipo descritiva a respeito dos dados publicados pelo Inep a respeito da educação a distância no Brasil em 2016.

Quanto às discussões sobre a qualidade em EaD, o estudo foi baseado na metodologia *Grounded Theory*, a mesma é um estilo de pesquisa qualitativa que busca gerar novas teorias por meio elementos básicos: conceitos, categorias e propriedades.

A geração e o desenvolvimento destes elementos ocorrem através de um processo interativo, ou seja, não são gerados a priori e testados subsequentemente. A ênfase da *Grounded Theory* é o aprendizado a partir dos dados e não a partir de uma visão teórica existente. Entretanto, é necessário obter-se um equilíbrio entre a teoria existente e o aprendizado a partir dos dados. (PETRINI e POZZEBON, 2009)

Para Marconi e Lakatos (2012), faz uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo contido no texto ou comunicação. Para os autores, essa análise de conteúdo de forma indireta avalia tanto o vocabulário dos textos, bem como as ideias emitidas e apresentadas nos textos.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como fechamento deste estudo, podemos dizer que só será possível a expansão da educação e o acesso a todos quando a educação a distância atingir níveis cada vez

melhores de qualidade. Para que isso aconteça, se fará necessário um acompanhamento devido do curso, avaliando as questões didático-pedagógicas, organização curricular, metodologias das atividades acadêmicas utilizadas; um apoio maior ao docente e/ou tutor de ensino; um suporte técnico adequado e valorizado; uma infraestrutura física e tecnológica adequada proposta pela Instituição, dentre a qual afere o certificado ou diploma de curso, e que garanta a qualidade social a esses indivíduos que desfrutaram do aprendizado proposto.

5- REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: Acesso em: 25 junho 2015.

BRASIL. [Resolução nº 1, de 11 de março de 2016](#) – **Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 25 abril 2016.

CASTRO, L.V; AMARAL, R.C.B.M. **A construção de um modelo de gestão do programa de educação a distância da Unisum: A experiência com os cursos de Gestão Educacional e Psicopedagogia Institucional**. Revista *Augustus*- Vol.11, n.22 (Ago.-2006) Rio de Janeiro.

MEC/CNE/CES. **Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância**. Brasília, DF, 2016. DISPONÍVEL EM: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=31361-parecer-cne-ces-564-15-pdf&Itemid=30192. ACESSO EM 24 DE ABRIL DE 2016.

DOURADO, L.F; SANTOS, C.A. **A Educação a Distância no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora da UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

IYOSHI Toru; KUMAR, M S Vijay. **Educação Aberta. O avanço coletivo da Educação pela Tecnjologia, conteúdo e conhecimento abertos**. Unip Interativa e ABED. São Paulo, 2014.

INEP/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação superior 2014. Brasília, DF, 2014. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/censo_da_educacao_superior_2014_principais_resultados.xls. Acesso em: 01 mar. 2016.

LIMA, Daniela C.B.P. **Documento técnico contendo estudo analítico das diretrizes, regulamentações, padrões de qualidade/regulação da EAD, com vistas a identificar políticas e indicadores de expansão da Educação Superior em EAD**. Brasília: CNE, 2014. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16510-produto-01-estudo-analitico&Itemid=30192 Acesso em 25 abril 2016.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012

MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara. **Educação a Distância. Desafios contemporâneos**. São Carlos: Edufscar, 2013.

PALMISANO, Angelo; ROSINI, Alessandro M; DA SILVA, Orlando Roque; FIGUEIREDO, Márcia. **Educação a Distância: Uma Discussão Sobre a Governança das Novas Regulamentações de 2014**. RISUS – Journal on Innovation and Sustainability, São Paulo, v. 6, n.3, p. 115-126, dez. 2015 - ISSN 2179-3565

PETRINI, Maira. POZZEBON, Marlei. **Using grounded theory for building theoretical models**. Revista Gestão e Planejamento Salvador? V. 10 ? Nº.1 ?p.1-18, jan./jun. 2009.

SANTOS, Catarina de Almeida. **As políticas de formação de professores na modalidade a distância no Brasil – uma orientação mundializada**, Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia. 2002.

[1] Dentre os consórcios destacam-se: A Universidade Virtual do Centro-Oeste (Univir-CO), direcionada à oferta de cursos de extensão, graduação e pós-graduação, estruturado, em 1998, a partir das pró-reitorias de Extensão de sete universidades públicas da Região Centro-Oeste; a Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede) – também articulada pelas pró-reitorias de Extensão –, com o objetivo de ofertar *cursos a distância nos níveis de graduação, pós-graduação, extensão e educação continuada* - abrangendo instituições de todo o país.

[2] http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12777:referenciais-de-qualidade-para-ead&catid=193:seed-educacao-a-distancia&Itemid=865